Caracterização dos conflitos socioambientais na Amazônia brasileira:

um olhar sobre o clima e a vulnerabilidade alimentar

OBSERVACTIVA
OBSERVATORIO DE CONFLICTIVIDADES EN POLÍTICAS SOCIALES Y AMBIENTALES
en América Latina y el Caribe

Latindadd
Red Latinoamericana por Justicia Económica y Social

Caracterização dos conflitos socioambientais na Amazônia brasileira: um olhar sobre o clima e a vulnerabilidade alimentar

Realização

© Red Latinoamericana por Justicia Económica y Social - Latindadd
Jr. Mariscal Miller 2622, Lince, Lima – Perú
Teléfono: (51)(1)711-1914
latindadd@latindadd.org
www.latindadd.org

Elaboração:

Isadora Borba, ObservActiva

Comentários e contribuições:

Carola Mejía, LATINDADD
Germán Niño, LATINDADD
Daniela Berdeja, LATINDADD
Meire Rastelli, ObservActiva

Design e layout:

Maria Claudia Arriola - LATINDADD

Marzo 2023

INTRODUÇÃO

Em adição as vulnerabilidades históricas que atravessam a América Latina e o Caribe, muitas derivadas de problemáticas estruturais, a pandemia de COVID-19 e o aumento de preços nos setores de energia e alimentos - influenciado pela guerra entre Rússia e Ucrânia - contribuem para a transformação da região em uma área de extrema fragilidade perante as mudanças climáticas, ainda que essa zona seja responsável por apenas 11% de todas as emissões contaminantes que induzem as alterações no clima global.

Os impactos desse processo de fragilização tornam-se evidentes, dado que a ocorrência de fenômenos climáticos extremos, como é o caso das alterações nos regimes pluviométricos, recuo dos glaciares e períodos de seca mais prolongados, colocam em risco a segurança hídrica e alimentar dos territórios, sobretudo de grupos historicamente marginalizados - comunidades indígenas, mulheres, crianças e jovens, famílias de baixa renda, entre outros.

Na esfera internacional, as mudanças climáticas são abordadas frequentemente, como no marco da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC)[1], ocorrida após a 27° Conferência das Partes (COP-27). No entanto, ainda que as discussões estejam ocorrendo, é notável que não há o avanço de ações efetivas e os principais responsáveis pelo desdobramento da crise ambiental, que deveriam atuar de maneira enfática, promovem falsas soluções para a problemática.

Em contrapartida, o panorama ambiental encontrado no território brasileiro não é favorável e caminha contra as decisões tomadas no cenário internacional, ainda que as mesmas permaneçam, em sua maioria, apenas no campo da teoria. Há um grande descompasso entre os compromissos firmados pelo Estado brasileiro no plano internacional e as políticas ambientais implementadas pelo governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). No marco de expansão das crises

[1] United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC)

ambientais, a conservação de determinadas localidades, como a Amazônia, é fundamental devido o seu papel na regulação do clima global e sua grande biodiversidade.

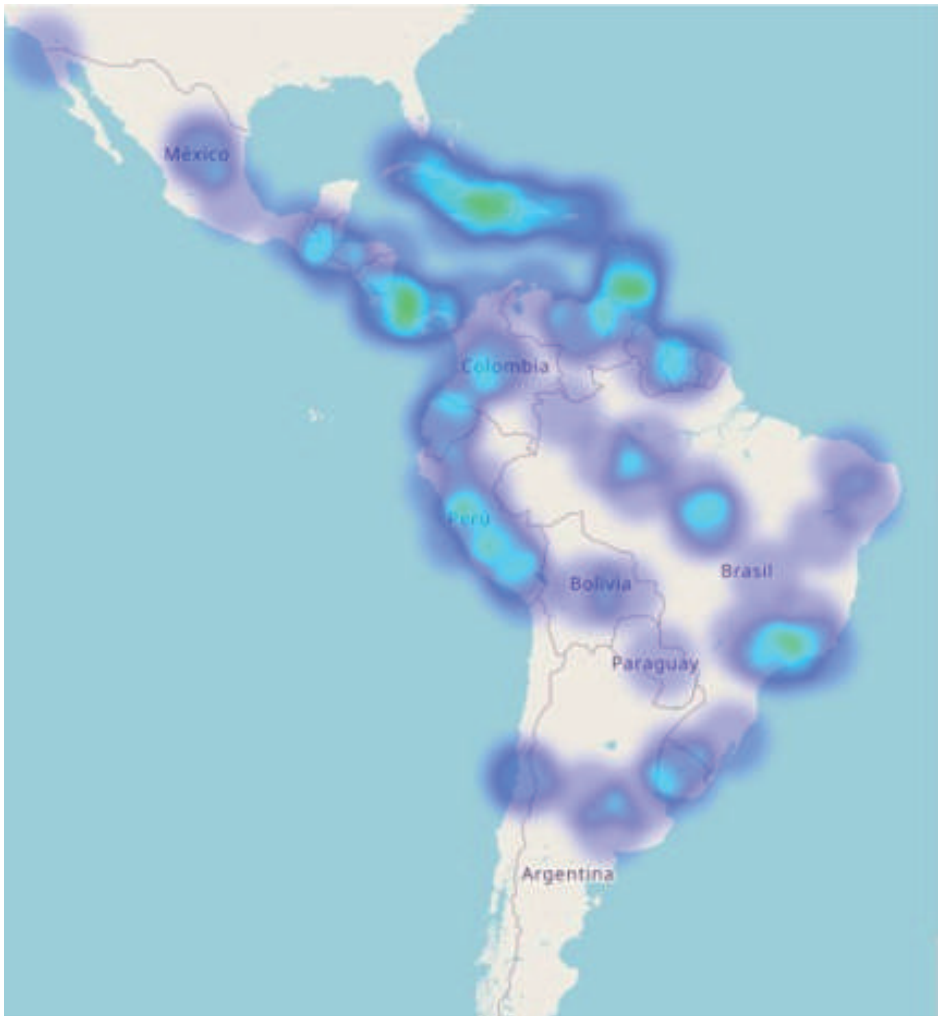
Diante do cenário identificado na região amazônica, com a ampliação da exploração econômica destrutiva, invasão de territórios indígenas, entre outros, empregar uma articulação entre os conhecimentos adquiridos na identificação dos conflitos, existentes ou potenciais, pelo Observatório de Conflitualidades em Políticas Sociais e Ambientais na América Latina e Caribe (ObservActiva) e os dados referentes aos indicadores sociais, econômicos e ambientais, apurados pelo Atlas das Vulnerabilidades, apresenta-se como uma alternativa importante para a compreensão da extensão e dos impactos das ações desenvolvidas pelos governantes.

A caracterização inicial das conflitualidades socioambientais identificadas no Brasil, mediante o estudo da temporalidade dessas ocorrências e da abordagem das consequências para os cidadãos que residem especificamente na região amazônica, mas também em outras áreas do território nacional, representa o objetivo principal dessa colaboração inaugural. Em resumo, os conflitos mapeados serão evidenciados mediante o apontamento de seus impactos na manutenção dos recursos hídricos, no desempenho da agricultura familiar e na conjuntura preocupante de ampliação dos casos de insegurança alimentar e desnutrição, este último em especial em crianças menores de cinco anos.

Após quase um ano de atuação, a equipe da ObservActiva teve o potencial de mapear conflitualidades em diversos territórios de abrangência, identificando as raízes das problemáticas e a relação entre essas situações ocorridas em uma área que comunga de um mesmo passado violento e colonizador e que tragicamente repercute

no presente de forma assemelhada entre os países latino-americanos e caribenhos. A figura 1 demonstra as localidades que se tornaram objetos de observação e análise nos últimos meses de movimentação do observatório.

Figura 1. Visão geral dos conflitos mapeados na América Latina e Caribe

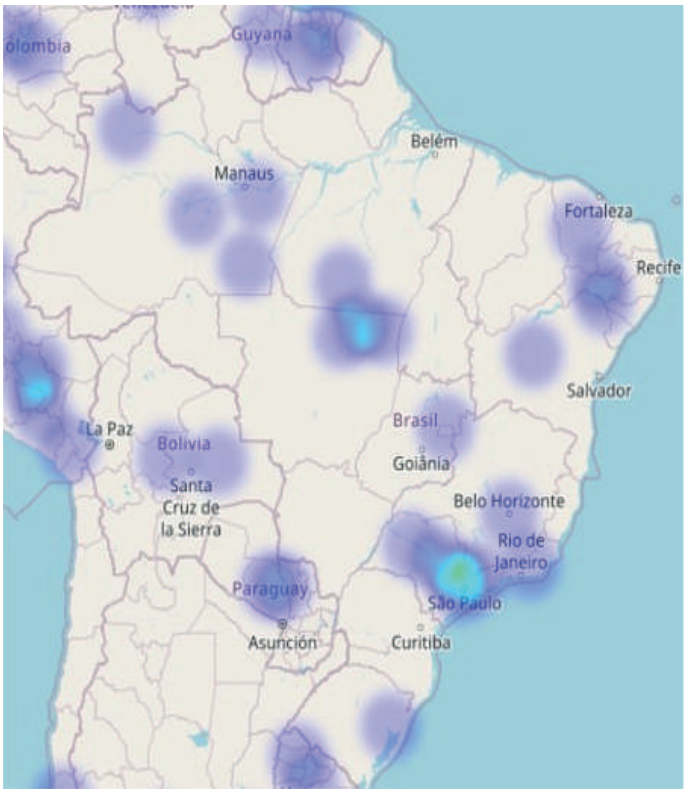


Fonte: Observatório de Conflitualidades em Políticas Sociais e Ambientais na América Latina e Caribe, 2022

Situação dos conflitos sociais e ambientais no Brasil

A Amazônia, extensão historicamente reconhecida como uma região permeada por conflitualidades socioambientais que atravessam nove países do território latino-americano, foi objeto de inúmeras detecções e repercussões. Considerando que o Brasil detém a maior parte dessa zona territorial e que as ações executadas nessa parcela possuem a capacidade de afetar outros países, expor as iniciativas desenvolvidas pelo Estado brasileiro, em especial durante a última (des)governança, se apresenta como um exercício necessário.

Figura 2. Conflitos mapeados no território brasileiro



Fonte: Observatório de Conflitualidades em Políticas Sociais e Ambientais na América Latina e Caribe, 2022

No conjunto de conflitos identificados, é evidente a atuação do governo brasileiro em prol do interesse privado, do capital e da livre-iniciativa econômica, com a orientação de suas ações para a

constante fragilização de leis nacionais e institucionalização de retrocessos na proteção do meio ambiente e dos povos originários.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)[2] apontam que a partir de 2005 o índice de desmatamento encontrado na Amazônia Legal apresentou uma redução, chegando a 4,4 mil km² de devastação em 2012. No entanto, esse cenário não permaneceu por muito tempo e a extensão de área desmatada voltou a ampliar, atingindo cerca de 12,4 mil km² em 2021.

A ampliação do desmatamento na região amazônica está diretamente associada com o estabelecimento de inúmeros Projetos de Lei (PL), conhecidos popularmente como "Pacote da Destruição", que tencionam o desmonte do sistema de proteção ambiental e a flexibilização de legislações vigentes em todo o território nacional.

Essas iniciativas estão inseridas em um agrupamento de medidas, materializadas em conflitualidades já identificadas e exibidas parcialmente na Figura 2, que se caracterizam pela liberação de empreendimentos econômicos em áreas de proteção ambiental, ampliação do garimpo ilegal, proposição de um marco no tempo para a demarcação de territórios indígenas e facilitação da invasão de terras da União por grileiros. Por fim, é relevante salientar que esses conflitos foram esmiuçados e analisados ao longo do terceiro relatório de pesquisa[3] da ObservActiva, publicado em setembro de 2022 e disponibilizado em português e espanhol.

Fonte: Andina

[2] Dados disponibilizados na plataforma do projeto PRODES do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates

[3] Terceiro relatório de pesquisa ObservActiva
(PT) Relatório de Pesquisa da ObservActiva - março e abril/ 2022
(ES) Reporte de Investigación de ObservActiva - marzo y abril/ 2022

METODOLOGIA

Analisar a conjuntura existente permitirá a compreensão das consequências, atuais e futuras, dessas “legalizações” que, embora já ocorram no país, ainda são ilegais. Em razão disso, a fim de que se entenda as repercussões ocasionadas pelas disposições governamentais, o emprego dos indicadores fornecidos pelo Atlas das Vulnerabilidades auxiliará na corroboração e complementação dos conflitos detectados pela ObservActiva.

Ao longo da construção desse texto colaborativo, a articulação entre o avanço da crise climática, influenciado diretamente pelas movimentações de destruição ambiental, e suas implicações no processo de perda de recursos hídricos e na atividade da agricultura familiar será instalada pela equipe de observatórios. Em um segundo momento, a compreensão dos impactos em ambas as dimensões será de grande relevância para a percepção de algumas das razões que levaram ao aumento da insegurança alimentar e dos casos de desnutrição, em especial nas crianças menores de cinco anos que se encontram em maior situação de vulnerabilidade, nos últimos anos.

Fonte: El Comercio - Perú

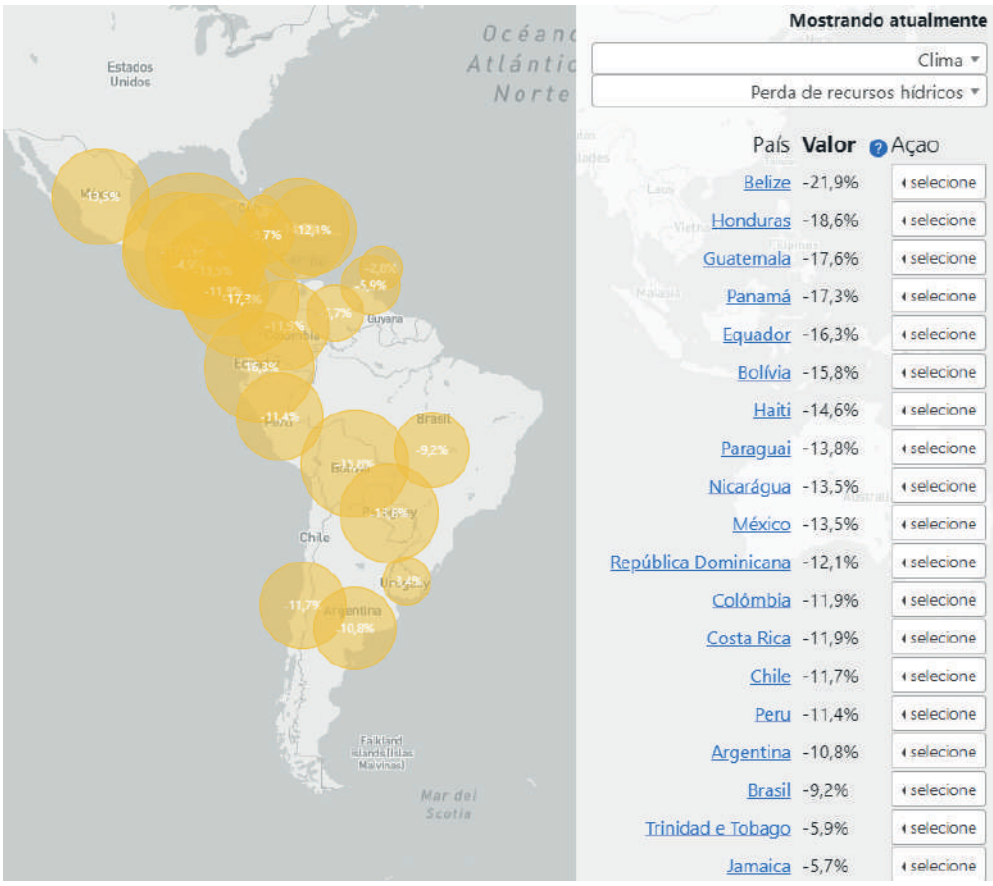
DESENVOLVIMENTO

Como ponto de partida, é importante apresentar, de maneira sucinta, a conexão vital existente entre a conservação da natureza, o ciclo da água e a manutenção dos recursos hídricos. De maneira geral, os componentes da floresta amazônica encontram-se inseridos em um processo constante de retroalimentação, no qual a vegetação nativa é responsável pela absorção de grande parte das chuvas que acabam por ser emitidas de volta para a atmosfera através de vapores hídricos. Em conjunto com outros fatores, esse vapor retorna para o ambiente em forma de chuva.

Em um contexto real, o desmatamento desenfreado, indicado anteriormente pelos dados do INPE, e a gestão inadequada dos recursos naturais impede o desenvolvimento e funcionamento adequado desses mecanismos, instituindo impactos na provisão de água doce para a manutenção do equilíbrio da natureza, dos processos produtivos e da sobrevivência humana. À vista disso, o acesso à água atravessa os inúmeros aspectos que envolvem o respeito à dignidade da pessoa humana, como a saúde, alimentação e a segurança ambiental.

Informações compiladas pelo Atlas das Vulnerabilidades (FIGURA 3) demonstram que durante a última década, todos os países da América Latina e do Caribe apresentaram perdas per capita de recursos hídricos - fontes de água doce, circunstância que se evidencia mais nos territórios de Belize, Honduras e Guatemala. Na região amazônica, o Equador e a Bolívia foram os mais afetados, com perdas de cerca de 16,3% e 15,8% respectivamente, e o Brasil com 9,2% de redução.

Figura 3. Perda de recursos hídricos na América Latina e no Caribe entre 2007 - 2018



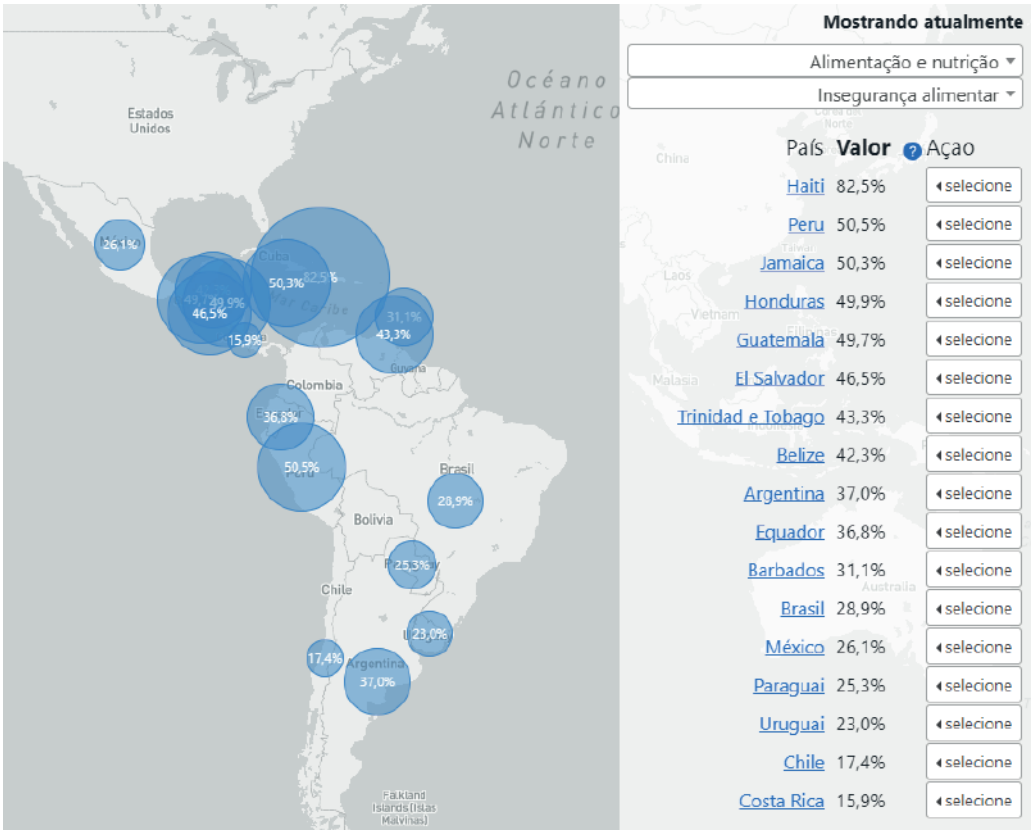
Fonte: Atlas das Vulnerabilidades: Países em Desenvolvimento diante da Pandemia. Link para website (última atualização: agosto de 2022)

Dentro de uma segunda perspectiva, é essencial discutir e aprofundar as possíveis repercussões da perda desses recursos no progresso socioeconômico dos povos, abordando, em especial, seus impactos nos sistemas alimentares e consequentemente na alimentação adequada de milhões de indivíduos ao redor do mundo. Na seara internacional, a Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) indicou no ano de 2022 que entre 700 e 830 milhões de indivíduos foram atravessados pela fome em 2021, sendo que, na América Latina e no Caribe, esse número compreendia 56,5 milhões de indivíduos.

Conforme dados concedidos pelo Atlas, a comparação da prevalência entre os países demonstrou que os níveis de insegurança alimentar

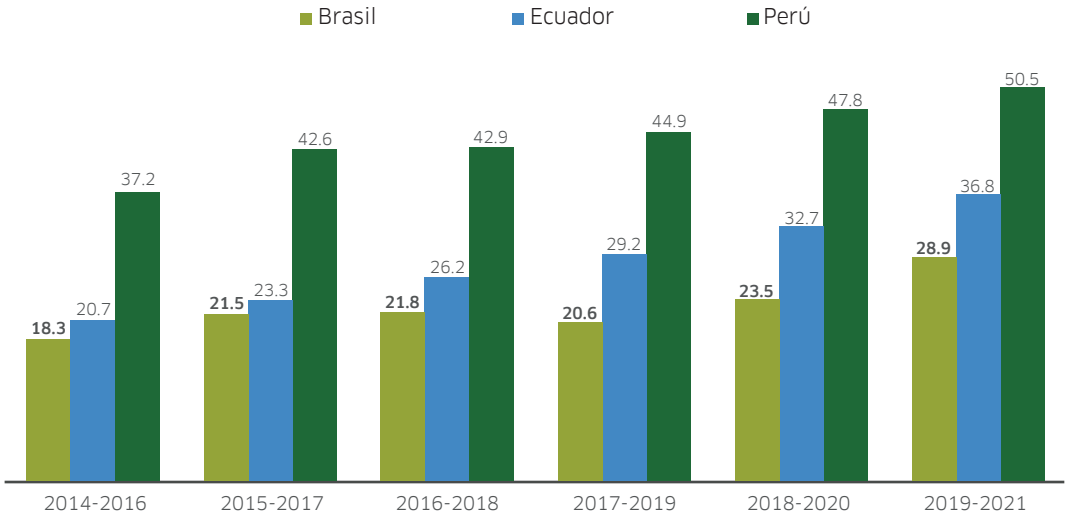
encontrados são pelo menos o dobro, e em seis territórios mais de quatro vezes a média detectada nos países de alta renda (7,5%), como exposto na Figura 4a. Ademais, se olharmos o cenário evidenciado pelos países amazônicos, para os quais há dados disponíveis (Figura 4b), é possível observar que a insegurança alimentar aumentou em todos eles nos últimos anos, indicando que cada vez mais as famílias tiveram que reduzir a quantidade e a qualidade do consumo de alimentos.

Figura 4a. Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave na população total (média 2019-2021) - ALC



Fonte: Atlas das Vulnerabilidades: Países em Desenvolvimento diante da Pandemia. Link para website (última atualização: agosto de 2022)

Figura 4b. Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave na população total (média 2019-2021), países selecionados



Fonte: Atlas das Vulnerabilidades: Países em Desenvolvimento diante da Pandemia. Link para website (última atualização: agosto de 2022)

Especificamente no Brasil, o cenário da fome foi recentemente representado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN) no "II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar", publicado em junho de 2022. O documento adverte que durante o período investigado, cerca de 33 milhões de indivíduos foram atravessados pela fome em todo o país.

Encaminhando a discussão para a região amazônica, os dados geográficos apresentados pela Rede Penssan indicam que cerca de 25,7% de todos os domicílios encontrados no espectro da insegurança alimentar grave concentravam-se no norte, um dos segmentos que apresenta a menor concentração de renda do país.

O ressurgimento da fome no Brasil, território considerado uma das maiores potências no setor de produção e exportação agrícola, é fruto do projeto de fragilização e destruição de todo um sistema focado na proteção da segurança alimentar e nutricional, incluindo a

preservação da dimensão ambiental. Entre os efeitos da guerra, as pressões crescentes sobre o preço dos alimentos e da energia também acometeram as famílias mais empobrecidas.

Estimativas do Banco Mundial[4] apontam que internacionalmente a alta de preços dos alimentos - condição que associada com a renda dos indivíduos influencia diretamente a segurança alimentar e nutricional - permanecerá um fator vigente no ano de 2023, refletindo patamares históricos até que se estabilize em 2024. Nos três primeiros meses de 2022, a inflação dos preços domésticos dos alimentos alcançou a margem de 15,1% nos territórios da América Latina e do Caribe.

É válido ressaltar que o setor alimentício contemporâneo apresenta uma grande fragilidade que o torna suscetível à ocorrência de problemas capazes de originar uma redução nos estoques mundiais de alimentos pela terceira temporada consecutiva. Uma das possibilidades de impacto tem relação com as implicações dos fenômenos naturais nos processos de cultivo ao redor do mundo, especialmente nas regiões e setores em que a produção, de alimentos culturalmente consumidos e não somente de commodities, é majoritariamente orientada pelos pequenos agricultores.

Neste momento do texto é importante abordar o terceiro objeto de estudo dessa caracterização, representado pela atribuição dos pequenos agricultores na garantia e efetivação do direito humano à alimentação adequada (DHAA). Nas regiões latino-americanas e caribenhas, a agricultura familiar corresponde a mais de 50% de todos os estabelecimentos agrícolas dos territórios (Tabela 1), conjuntura que aponta a sua grande participação na indústria alimentar.

No Brasil, os agricultores que atuam nas 84,4% unidades familiares indicadas na tabela 1 são responsáveis pelo fornecimento da maior

[4] (ES) Bajan los precios de los alimentos, pero los riesgos siguen elevados.

parcela dos alimentos básicos disponibilizados para o consumo dos cidadãos, contrapondo a atuação das grandes empresas que possuem mais terras, recursos financeiros e tecnologia, mas que orientam suas atividades única e exclusivamente para a produção e exportação de commodities.

Os agricultores familiares pertencem a um grupo historicamente vulnerável, que enfrentam crises e desafios na produção de alimentos, sua principal fonte de renda, em especial as adversidades associadas às questões climáticas, como a ocorrência de enchentes, geadas e secas prolongadas.

Tabela 1. Unidades agrícolas familiares sobre o número total de explorações (%)

País	% Agricultura familiar
Honduras	97,2 %
Bolivia	96,4 %
Paraguay	93,1 %
Chile	92,0 %
Guatemala	86,5 %
Ecuador	84,5 %
Brasil	**84,4 %**
Panamá	81,5 %
Perú	79,3 %
Jamaica	78,7 %
Colombia	78,4 %
México	75,7 %
Argentina	65,6 %
Costa Rica	55,4 %
Uruguay	46,9 %

Fonte: Atlas das Vulnerabilidades: Países em Desenvolvimento diante da Pandemia. Link para website.

Levando em consideração as três esferas abordadas até o momento - perda de recursos hídricos, insegurança alimentar e agricultura familiar - é relevante expor, de maneira breve, a associação existente entre elas. O emprego dos recursos hídricos é uma operação de extrema importância na produção agrícola, mas também na manutenção da qualidade de vida dos trabalhadores rurais que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade durante os períodos de escassez hídrica.

A constante deterioração do estado socioeconômico, o aprofundamento das desigualdades e a precarização das condições de trabalho dos pequenos agricultores, dinâmicas mediadas por ações perpetradas pelo Estado, relacionam-se diretamente com a diminuição da segurança alimentar, aumento da insegurança em todas as suas formas e multiplicação dos casos de desnutrição.

Com relação ao aumento da desnutrição, no decorrer do processo de pesquisa a equipe da ObservActiva foi capaz de identificar, no final de 2021, a ocorrência de casos de desnutrição severa em indígenas Yanomami, agrupamento que reside na região norte, nos estados de Roraima e do Amazonas.

O caminho que levou a atual situação é extenso e longevo, mas os atuais processos de exploração ilegal dos territórios, demarcados ainda na década de 1990, tem sido responsável por precarizar a qualidade de vida desse e de outros agrupamentos indígenas que residem na região amazônica, principalmente na esfera que se relaciona com a subsistência desses indivíduos.

Fonte: Wikimedia

As atividades de caça e extração, realizadas de maneira tradicional e não destrutiva, representam sua principal maneira de acessar os recursos necessários, em quantidade e qualidade adequadas, mas a devastação ambiental tem impossibilitado essa atuação, dificultando a manutenção da vida digna.

Essa condição de desnutrição, que atinge majoritariamente crianças de até cinco anos, foi ainda mais agravada pela inexistência de atendimento médico - obrigação do Estado brasileiro - nos territórios indígenas[5]. Recentemente, o mesmo conflito reapareceu, ao menos na mídia, uma vez que a própria comunidade e organizações de proteção dos direitos indígenas nunca deixaram de denunciar, nos meses finais do ano de 2022, demonstrando a continuidade de uma condição humanitária crítica.

O desenvolvimento dessa conflitualidade deixou a comunidade em uma conjuntura de "dependência" extrema de recursos governamentais, notadamente da doação de alimentos, habitualmente desempenhada pelas unidades básicas de saúde. No entanto, ao longo do governo de Jair Bolsonaro a presença dos profissionais de saúde nos territórios tradicionais foi reduzida drasticamente, precarizando cada vez mais a alimentação e o bem-estar dos indivíduos e aprofundando a problemática.

Fonte: La Vanguardia

[5] (PT) A desassistência programada nos territórios indígenas Yanomami.

CONCLUSÃO

A conjuntura social, econômica e ambiental detectada no Brasil expõe que o território nacional caminha em sentido contrário às ações necessárias para o alcance do desenvolvimento sustentável e garantia de direitos humanos e fundamentais. É evidente a atuação do Estado brasileiro na concepção e manutenção das situações de crise, especialmente mediante a criação de medidas, nesse caso os Projetos de Lei (PL), capazes de precarizar a vida de indivíduos historicamente violentados.

Investigar a situação apresentada pelo Brasil, com o estudo das ações governamentais que possuem a capacidade de refletir diretamente em toda a sociedade, representa o início de uma colaboração entre projetos capazes de articular seus objetos de trabalho, estabelecendo um processo de validação cruzada. Nessa primeira abordagem, a ObservActiva foi capaz de dar materialidade aos indicadores fornecidos pelo Atlas das Vulnerabilidades e vice-versa.

Por fim, o resultado das eleições de 2022 pode significar um sopro de esperança para uma grande parcela da população brasileira, em especial aos grupos mais vulnerabilizados e marginalizados. A revogação de projetos, legislações e determinações criminosas e violadoras de direitos humanos e ambientais é de extrema importância, ao mesmo tempo em que é necessário a reconstrução do projeto de desenvolvimento nacional que visa não só o acúmulo de capital, mas sim a garantia de uma vida minimamente digna para todos os cidadãos.

OBSERVACTIVA

OBSERVATORIO DE CONFLICTIVIDADES EN POLÍTICAS SOCIALES Y AMBIENTALES en América Latina y el Caribe

Latindadd

Red Latinoamericana por Justicia Económica y Social